

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

**EDITAL Nº 01/2021 TOMADA DE PREÇOS – TIPO TÉCNICA E PREÇO**  
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, SOCIEDADE DE ADVOGADOS,**  
**OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA**

**OBJETO:** O procedimento licitatório tem por objeto a contratação de pessoa jurídica, sociedade de advogados, objetivando a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica, relacionadas às atividades de inscrição, fiscalização, administração interna, processos de execução fiscal, processos ético-disciplinares, processos licitatórios, e demais procedimentos administrativos, sendo prestada pessoalmente na sede deste Conselho, com carga horária mínima obrigatória de 30 (trinta) horas semanais, bem como a representação judicial e extrajudicial deste Conselho, para defesa dos seus interesses, nos termos e especificações do Projeto Básico (Anexo II), parte integrante deste Edital.

### **PRELIMINARMENTE**

As razões do questionamento foram apresentadas no dia 23/09/2021, via e-mail, que segue nos autos do processo, tempestivamente.

Trata-se de impugnação ao Edital da Tomada de Preços acima mencionada, apresentado pelo escritório BRIGANTI SOCIEDADE DE ADVOGADOS (CNPJ 13.644.677/0001-04).

#### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

De acordo com o item 10 e subitens, a impugnação mostra-se tempestiva e foi formalizada de acordo com os termos previstos em Edital, razão pela qual é conhecida e será analisada.

#### **2. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Insurge-se a Impugnante em face das exigências dos itens 7.2 e 4.5 do edital, bem como diante suposta falta de informação quanto ao horário de abertura do certame, sendo as razões da impugnação:

*Para fins de qualificação técnica, o edital exige a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público que comprove a experiência da licitante na realização de trabalhos*



*pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, especificando-os: prestação de serviços de consultoria ou assessoria jurídica em processos judiciais e administrativos, representação judicial ou extrajudicial, emissão de pareceres jurídicos, e consultoria jurídica no âmbito de licitações.*

*Além disso, sobre a forma de assinatura dos documentos, identifica-se apenas a orientação constante no subitem 4.5 que aponta para a necessidade de apresentação de instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida, entretanto não há informação expressa sobre a aceitabilidade de documentos assinados de forma eletronicamente válida.*

*Não bastasse, de acordo com o cronograma apresentado para a realização dos procedimentos licitatórios, Anexo I, não há informação sobre o horário da sessão pública para abertura dos envelopes e julgamento das propostas, causando estranheza que tais atos serão realizados de forma isolada, senão: 30/09/2021 – Prazo para entrega dos envelopes de proposta; 01/10/2021 – Abertura dos envelopes; 04/10/2021 – Julgamento das propostas.*

*Diante à ausência de informação sobre o horário da sessão pública e a forma de participação das licitantes, pressupõe-se que não haverá publicidade do ato, o que contraria os ditames legais.*

*Desta forma, a licitante, interessada em participar do presente certame, impugna o edital para que sejam consideradas as questões a seguir fundamentadas.*

### **3. DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO**

#### **3.1 DA IMPUGNAÇÃO AO ITEM 7.2**

Em relação à exigência do **item 7.2**, de início, cumpre observar que não se trata de exigência de comprovação de serviços idênticos, mas sim de “trabalhos pertinentes e compatíveis”:

*7.2. Os licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público, que comprove a experiência da licitante na realização de trabalhos pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, dentre*



*eles, prestação de serviços de consultoria ou assessoria jurídica em processos judiciais e administrativos, representação judicial ou extrajudicial, emissão de pareceres jurídicos, e consultoria jurídica no âmbito de licitações, prestados em favor de **peças jurídicas de direito público**.*

De outra sorte, quanto à necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, tal exigência possui amparo constitucional e encontra-se na mais perfeita harmonia com o objeto licitado, sendo pertinente e indispensável para se auferir a capacidade técnica da licitante.

A exigência se justifica pelas particularidades envolvendo os serviços buscados, principalmente no que tange ao órgão licitador, que é uma autarquia federal, sendo, portanto um ente com personalidade de Direito Público, que requer como requisito mínimo suficiente para conferir *segurança jurídica* ao contrato a ser estabelecida, a garantia de uma consultoria e assessoria com experiência comprovada em assuntos técnicos de Direito Público, **prestados em favor de pessoas jurídicas de direito público**.

De acordo com o texto constitucional, em seu artigo 37, são permitidas exigência de qualificação técnica indispensáveis ao cumprimento das obrigações:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Além disso, o TCU consolidou o entendimento, por meio do Acórdão 80/2010 – Plenário, que a norma técnica contida no artigo 30, §1º, da Lei 8.666/93, não pode ser lida em seu caráter absoluto, devendo ser sopesada e aplicada em harmonia com as demais regras e princípios inerentes as licitações públicas e à Administração Pública.

Diferente do que alega a Impugnante, a normativa do item 7.2 é LEGAL e visa a percepção da proposta mais vantajosa a Administração do CRESS, tanto em relação ao preço e, principalmente, com relação a técnica, razão pela qual o certame será promovido pelo critério classificatório **TÉCNICA e preço**.

Sendo assim, em simetria com o entendimento do TCU (Acórdão 1618/2002; e Acórdão 4064/2009), a exigência expressa no item 7.2 mostra-se pertinente e necessária para que a Administração do CRESS – 12ª Região tenha a garantia mínima de que a licitante a ser contratada possui capacidade técnica de realizar os serviços perseguidos.

No que se refere às *exigências necessárias*, aquela Corte de Contas esclarece:

*É necessária a exigência pela Administração de atestado que demonstre haver o licitante executado objeto com características similares ao da licitação. Acórdão 607/2008 Plenário (Sumário).*

Por outro lado, quanto a contradição entre o edital de licitação e a relação de documentos para o cadastro de fornecedores, conforme já demonstrado anteriormente, a exigência de ordem técnica serve para auferir a capacidade técnica da licitante em fornecer o objeto licitado, enquanto documentos exigidos para o cadastro de fornecedores destinam-se para aquele fim: cadastro de fornecedor e emissão de CRC; ou seja, a relação de documentos não está vinculada ao edital impugnado e nem se confunde com o ato convocatório da Tomada de Preços em discussão.

Ademais, a exigência expressa na normativa impugnada não fere o caráter competitivo da disputa ou qualquer outro princípio vinculado ao procedimento licitatório, fundamentando-se nas peculiaridades do objeto buscado, sendo implausível imaginar que a exigência seria irrelevante à Administração Pública do CRESS, e restringe-se ao mínimo indispensável para assegurar segurança jurídica em relação aos licitantes interessados

Por isso, conclui-se pela legalidade do item 7.2, nos termos da lei constitucional e da jurisprudência consolidada do TCU, ante as peculiaridades do caso, que tornam a exigência pertinente e necessária para assegurar segurança jurídica quanto a capacidade dos licitantes em prestar os serviços objeto do edital.

### **3.2. DA IMPUGNAÇÃO AO ITEM 4.5**

Insurge-se a Briganti Advogados em face da redação do **item 4.5**, que diz:

*4.5. Qualquer manifestação em relação a presente licitação, ainda que pela via eletrônica, fica condicionada à apresentação de*

*documento de identificação, por meio de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida e, apresentando-se o sócio, como representante legal, far-se-á necessária apresentação de cópia autenticada do contrato social e documento de identidade.*

A Impugnante, mediante considerações, sustenta a ilegalidade da norma pela ausência de informação expressa sobre a aceitabilidade de documentos assinados de forma eletronicamente válida.

Nesse ponto impera dizer que a restritiva quanto a forma de apresentação dos documentos reside apenas no entendimento da Impugnante, pois a norma do item 4.5 claramente não proíbe que a autenticidade dos documentos seja feita de forma eletrônica, desde que, obviamente, a autenticidade seja atestada por quem possua competência para tanto, e, no caso de documentos assinados digitalmente, seja feito através de certificado digital vinculado a unidade certificadora credenciada junto a Receita Federal do Brasil.

Sendo assim, mais uma vez, conclui-se pela legalidade do item 4.5, eis que inexistente qualquer restritiva em seu texto capaz de afastar documentos emitidos ou assinados eletronicamente.

### **3.3. DO HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME**

Por fim, alega a Impugnante a “ausência de informação sobre o horário da sessão pública e a forma de participação das licitantes”, sem se ater as regras dispostas no item 5 e subitens do edital de licitação.

Quanto ao horário de abertura, encontra-se expressamente previsto no item 5.5:

*5.5. As sessões de abertura dos envelopes e do julgamento das propostas realizar-se-ão nas datas das **Etapas IV e V, respectivamente, ambas às 09h.***

Quanto a forma de participação das licitantes, pela modalidade licitatória escolhida não persiste dúvida de que é presencial. De toda forma, elenca-se a normativa do item 5.6:

*5.6. Na sessão de abertura dos envelopes, depois de analisados os Certificados de Registro Cadastral, serão lançados em ata os nomes dos representantes dos **licitantes presentes**, não sendo considerados*

*habilitados os proponentes que não o apresentarem na forma prevista neste Edital ou apresentá-lo com vício ou defeito.*

Contudo, nada impede que a licitante encaminhe seus documentos pelos correios, desde que apresentados na forma e nos termos das demais normas expressas no ato convocatório.

Sem mais, outra vez, não há que se falar em ausência de horário para abertura do procedimento ou quanto a forma de participação dos licitantes, posto que tais alegações baseiam-se na inobservância da licitante em relação ao termo de convocação, conforme aqui demonstrado.

#### **4.CONCLUSÃO**

Considerando as normas expressas no edital e na legislação vigente, a Impugnação apresentada pela BRIGANTI SOCIEDADE DE ADVOGADOS se deu no prazo e na forma previstos no edital e em lei, razão pela qual foi conhecida, e, no mérito, **julgada IMPROCEDENTE nos termos da fundamentação acima.**

Florianópolis, 28 de setembro de 2021.

(assinado eletronicamente)  
Francis Lilian Alves Hoffmann  
Membro da CPL

(assinado eletronicamente)  
Cassiano Ferraz  
Membro da CPL

(assinado eletronicamente)  
Maria Aparecida de Souza Reis  
Membro Suplente da CPL



Documento assinado eletronicamente por **FRANCIS LILIAN ALVES HOFFMANN**, 065.594.729-90, **Assistente Administrativo**, em 28/09/2021, às 13:31:16, conforme horário oficial de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Cassiano Ferraz**, 028.163.199-97, **Assessor de Comunicação**, em 28/09/2021, às 13:37:25, conforme horário oficial de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA APARECIDA DE SOUZA REIS**, 623.523.699-91, **2ª Secretária**, em 28/09/2021, às 13:41:52, conforme horário oficial de Brasília.